



Concurso Público para provimento de cargos de  
**Analista Judiciário**  
**Área Administrativa**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A03', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

**P R O V A**

Conhecimentos Básicos  
Conhecimentos Específicos  
Estudo de Caso

## INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
  - corresponde a sua opção de cargo.
  - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
  - contém as propostas e o espaço para o rascunho dos Estudos de Caso.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.  
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

## VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E).
- Ler o que se pede na Prova de Estudo de Caso e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

## ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente, de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova de Estudo de Caso será corrigido.
- Você deverá transcrever a Prova de Estudo de Caso, a tinta, no caderno apropriado.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova de Estudo de Caso (rascunho e transcrição) no Caderno de Resposta Definitiva.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS BÁSICOS****Língua Portuguesa**

**Atenção:** As questões de números 1 a 8 referem-se ao texto que segue, adaptado de Luciano Martins Costa; o original foi publicado na edição 838 do *Observatório da Imprensa*, no dia 19/02/2015.

**A graça da não-notícia**

- 1 *A leitura crítica dos jornais brasileiros pode produzir momentos interessantes, não propriamente pelo que dizem, mas principalmente pelo que tentam esconder. O hábito de analisar criticamente o conteúdo da mídia tradicional produz calos no cérebro, e eventualmente o observador passa a enxergar não mais a notícia, mas a não-notícia, ou seja, aquilo que o noticiário dissimula ou omite.*
- 5 *Trata-se de um exercício divertido, como se o leitor estivesse desfazendo um jogo de palavras cruzadas já preenchido. É mais ou menos como adivinhar, a partir das palavras que se interconectam num texto, o sentido que o autor pretendeu dar à sua construção, uma espécie de jogo de "interpretação reversa".*
- 10 *Transparece o aspecto ambíguo da imprensa quando, por exemplo, para defender o pluralismo de sua linha editorial, jornais propõem artigos sobre tema da atualidade a serem tratados por dois distintos analistas – "o leitor pode apreciar duas opiniões diferentes". Ocorre que as propostas, normalmente sob a forma de pergunta, são formuladas de modo a garantir a perspectiva de que um ponto de vista se opõe frontalmente ao outro – um analista representa um "sim", o outro um "não" ao que está sendo perguntado pelos editores. Como se vê, a tal "pluralidade" já nasce condicionada, porque a imprensa brasileira quer convencer o leitor de que existem apenas duas interpretações possíveis para questões complexas como as que são postas aos analistas. São complexas, ou, no mínimo, controversas, porque é isso que define uma notícia.*
- 15 *Uma árvore caiu. Por que a árvore caiu? – mesmo num evento corriqueiro e aparentemente banal, há muitas respostas possíveis.*
- 20 *Por que a imprensa brasileira tenta pintar tudo em preto e branco, sem considerar as muitas tonalidades entre os dois extremos? Ora, porque a imprensa faz parte do sistema de poder na sociedade moderna, e exerce esse poder fazendo pender as opiniões para um lado ou para outro, usa o mito da objetividade para valorizar seus produtos e cobra de seus financiadores um custo por esse trabalho.*
- 25 *Mas pode-se elaborar melhor essa análise. O observador arriscaria afirmar que a narrativa jornalística, tal como foi construída ao longo do tempo, já não dá conta de acompanhar a percepção da realidade, amplificada pelo domínio da imagem transmitida globalmente em tempo real. Como notou o filósofo Vilém Flusser, a superfície ínfima da tela substitui o mundo real. O que a imprensa faz é comentar essa superficialidade, não a realidade.*
- 30 *Mas a resposta é ainda mais simples: para ser levado a sério, um jornal precisa dar a impressão de concretude em seu conteúdo, mas, ao se tornar refém do mundo das imagens, produz uma concretude – ou, como diz Flusser, uma "concreticidade" superficial.*
- Essa superficialidade procura esconder o propósito do conteúdo jornalístico, que não é informar, como pensam os leitores correligionários: é induzir uma opinião específica.*
- Se tudo é opinião, tudo é não-notícia.*
- Obs.:** Vilém Flusser (1920 - 1991) – filósofo tcheco, naturalizado brasileiro; professor, jornalista, conferencista e escritor.

1. Compreende-se corretamente do texto: O autor
- (A) defende a ideia de que jornais instigantes são os que contam com um leitor crítico e atualizado, disposto a preencher as involuntárias lacunas das matérias veiculadas.
  - (B) atribui interpretações grosseiras de notícias e o desejo de enxergar a não-notícia à prática constante de analisá-las sob perspectiva cética, resultado de juízo crítico muito aguçado e resistente à distensão.
  - (C) considera a leitura de jornais um exercício divertido sempre que a matéria se dispõe a adivinhações, desvendamentos relacionados tanto à construção do texto, quanto aos fatos reais que a teriam inspirado.
  - (D) mostra que matérias jornalísticas informam não só pelo que explicitamente comunicam, mas também pelo que evitam comunicar; esse modo de noticiar, em sua concretude, permite o desvendamento de propósitos de autores e editores.
  - (E) expõe a ambiguidade que a imprensa pode manifestar quando é imprecisa no trato do assunto, falta de precisão originada por "palavras cruzadas", isto é, intrincadas conexões na estrutura verbal.
2. Sobre a frase "o leitor pode apreciar duas opiniões diferentes" (linhas 9 e 10), na situação em que está inserida, comenta-se com propriedade:
- (A) o contexto e as aspas justificam que a consideremos o título da seção de um dado jornal em que dois analistas se expressam sobre o mesmo tema.
  - (B) é ela que determina que as análises, sem outra possibilidade, se cumpram de modo diametralmente oposto.
  - (C) é ponto de apoio do raciocínio que conduz à denúncia de falso pluralismo da imprensa.
  - (D) é frase emblemática do que, segundo o autor, uma linha editorial deveria ter como objetivo.
  - (E) considerado o tom irônico que pode ser imprimido a ela, expressa que autor considera legítimo esse tipo de pluralismo, mas não atingível pela imprensa brasileira.



3. Considerando os parágrafos 5 e 6, em seu contexto, é correto afirmar que o autor
- (A) vê o maniqueísmo como algo inerente à prática jornalística no Brasil, produto de um sistema social manipulador que chega a deturpar o valor maior do jornalismo – a objetividade.
  - (B) não isenta os financiadores da imprensa brasileira pelos desvios que nota na prática jornalística nacional, pois eles aceitam pagar altos custos pelo trabalho encomendado e mal realizado.
  - (C) indaga *Por que a imprensa brasileira tenta pintar tudo em preto e branco [...]?*, responde imediatamente com convicção (expressa por *Ora*) e depois tenta outras formulações para solucionar equívocos da primeira resposta precipitada.
  - (D) usa a expressão *arriscaria afirmar* (linha 21) como estratégia, pois, ao revelar consciência de que sua afirmação tem probabilidade de ser refutada, busca minimizar a força das eventuais contestações.
  - (E) entende que a narrativa jornalística está condenada a não mais atingir os leitores de modo expressivo, na medida em que não há modo possível de abarcar o mundo global.

4. É legítimo o seguinte comentário:

- (A) (linha 8) O *aspecto ambíguo da imprensa* é apreendido em decorrência de uma leitura reversa, aquela que vai do que está na superfície da página ao ponto de partida do texto.
- (B) (linha 15) Em *Por que a árvore caiu?*, tem-se exemplo de pergunta retórica, aquela que se formula sem objetivo de receber uma resposta, pois a questão proposta é insolúvel.
- (C) (linhas 17 e 18) Se o segmento *sem considerar as muitas tonalidades entre os dois extremos* fosse redigido de outra forma – "sem que as muitas tonalidades entre os dois extremos possam ser consideradas" –, seu sentido original estaria preservado.
- (D) (linha 22) Em *já não dá conta de acompanhar a percepção da realidade*, a substituição de *já* por "de imediato" preserva o sentido original da frase.
- (E) (linhas 22 e 23) O segmento *amplificada pelo domínio da imagem transmitida globalmente em tempo real* representa, segundo o autor, uma qualidade distintiva da *realidade* que pode ou não se fazer presente.

5. *Mas pode-se elaborar melhor essa análise. O observador arriscaria afirmar que a narrativa jornalística, tal como foi construída ao longo do tempo, já não dá conta de acompanhar a percepção da realidade, amplificada pelo domínio da imagem transmitida globalmente em tempo real. Como notou o filósofo Vilém Flusser, a superfície ínfima da tela substitui o mundo real. O que a imprensa faz é comentar essa superficialidade, não a realidade.*

É adequada a seguinte assertiva sobre o trecho acima:

- (A) Martins Costa considerou estar melhorando a análise pelo fato de citar o filósofo Vilém Flusser.
- (B) Vilém Flusser faz uma constatação que legitima o emprego da palavra *superficialidade*, por Martins Costa, com mais de um sentido.
- (C) O fator *já não dá conta de acompanhar a percepção da realidade* é a causa do fato expresso em *a superfície ínfima da tela substitui o mundo real*.
- (D) A frase que cita a observação de Vilém Flusser dá relevo ao contraste entre dois fatores, antítese expressa pela oposição entre *ínfima* e *real*.
- (E) A frase *O que a imprensa faz é comentar essa superficialidade, não a realidade* equivale, quanto ao sentido, a "A imprensa comenta essa superficialidade, não a realidade" e esta redação não implica perda de noção presente no original.

6. *...para ser levado a sério, um jornal precisa dar a impressão de concretude em seu conteúdo.*

O conteúdo expresso acima está preservado, em formulação condizente com a norma-padrão, em:

- (A) se quiser ser levado a sério, um jornal não pode esquivar-se em dar a impressão de concretude em seu conteúdo.
- (B) um jornal, sendo levado a sério, não pode abster a impressão de concretude em seu conteúdo.
- (C) a condição de que um jornal não pode prescindir, para ser levado a sério, é a de dar a impressão de concretude em seu conteúdo.
- (D) com vistas ser levado a sério, um jornal não pode deixar de renunciar à impressão de concretude em seu conteúdo.
- (E) um jornal tendo a intensão de ser levado a sério, não pode abdicar quanto à impressão de concretude em seu conteúdo.

7. O contexto evidencia que *leitores correligionários*, citados na linha 29, são:

- (A) os leitores que compartilham das ideias de Martins Costa.
- (B) os leitores que seguem as ideias de um partido político.
- (C) os leitores que, como se dá com jornais, se tornaram reféns do mundo das imagens.
- (D) os leitores que praticam leitura crítica.
- (E) os leitores que questionam o oferecimento da realidade em preto e branco.



8. Se o jornal comentar um assunto com superficialidade, o estará tratando
- (A) judiciosamente.
  - (B) perfunctoriamente.
  - (C) laconicamente.
  - (D) contingentemente.
  - (E) sibilinameamente.
- 
9. Considere os segmentos 1, 2 e 3 abaixo e os comentários que os seguem.
- 1. *Mas pode-se elaborar melhor essa análise.*
  - 2. *Se tudo é opinião, tudo é não-notícia.*
  - 3. *...não propriamente pelo que dizem, mas principalmente pelo que tentam esconder.*
- I. A formulação "Mas essa análise pode ser mais bem elaborada" respeita as orientações da gramática normativa, tanto quanto a redação de 1.
  - II. A formulação "Tudo é não-notícia, à medida que tudo é opinião" preserva a relação estabelecida entre os fatos na redação de 2.
  - III. A formulação "não exatamente pelo que dizem, mas sobretudo pelo que tentam esconder" mantém o sentido e a correção vistos em 3.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
  - (B) I e II.
  - (C) II e III.
  - (D) III.
  - (E) I e III.
- 

**Atenção:** As questões de números 10 e 11 referem-se ao texto que segue.

*Nem bem chegara de lá e já tinha de ouvir o que diziam dele depois que partira. A primeira a anunciar uma das fofocas foi a vizinha, sempre disposta a disseminar novidades, verdadeiras ou não.*

*– Então, Antônio, soube que rompeu o noivado.*

10. Sobre o que se tem acima, afirma-se corretamente, levando em conta a norma-padrão:
- (A) A forma *tinha de ouvir* situa a ação no mesmo tempo expresso pela forma verbal "ouvira", mas agrega a ideia de obrigatoriedade à ação praticada.
  - (B) A forma verbal *chegara* indica que a ação se dá em simultaneidade com a ação expressa por *tinha de ouvir*.
  - (C) Transpondo o discurso direto acima para o indireto, a formulação obtida deve ser "A vizinha disse que, então, sabia que Antônio rompeu o noivado".
  - (D) A palavra *fofoca*, de uso informal, deve ser evitada em textos escritos, mesmo que se trate de uma narrativa, como se tem nesse trecho.
  - (E) Se, em vez de *A primeira*, houvesse "Uma das primeiras", o verbo deveria obrigatoriamente ir para o plural – "anunciarem".
- 
11. Do ponto de vista da organização do texto, é correto afirmar:
- (A) A concatenação da segunda frase com a primeira realiza-se por meio da palavra *fofocas*, que remete, com específica caracterização, a *o que diziam dele*.
  - (B) O vínculo que relaciona logicamente os segmentos *sempre disposta a disseminar novidades* e *A primeira a anunciar uma das fofocas foi a vizinha* é estabelecido pela palavra *sempre*.
  - (C) A conexão entre o discurso direto e as frases que o antecedem realiza-se por meio do contexto, pois não há palavra ou expressão anterior que antecipe a fala da vizinha.
  - (D) O encadeamento entre os segmentos iniciais ocorre obrigatoriamente por meio da palavra *e*, pois outra alternativa, como o emprego de uma vírgula, constituiria um erro.
  - (E) A palavra *Então* estabelece relação entre segmentos do texto do mesmo tipo que estabelece em "Preciso de ajuda, então vou chamá-lo".



12. É adequado o seguinte comentário:

- (A) A frase "Este é o jovem cujo trabalho li com atenção" pode ser redigida, de modo claro e condizente com a norma-padrão, assim: "O jovem que eu li o trabalho dele com atenção é este".
- (B) "Os meninos por cujos destinos tanto lutamos andam já por conta própria" é frase com inadequação no segmento destacado, que seria sanada com sua substituição por "cujos os destinos".
- (C) Em "Os meninos por cujos destinos tanto lutamos andam já por conta própria", a substituição do segmento destacado por "andam já por si só" mantém a correção e o sentido originais.
- (D) Em "A orientadora do grupo, a qual é excelente, faltou hoje", emprega-se o que está em destaque para evitar o duplo sentido que o emprego da palavra "que", em seu lugar, originaria.
- (E) A frase "Maria e Solange machucaram-se" evidencia que as duas receberam machucados, sem que se instale a dúvida: "uma machucou a outra?"; a palavra que poderia ser acrescentada para indicar esse segundo sentido seria "reciprocamente".

13. A frase em que a concordância se faz em conformidade com a norma-padrão é:

- (A) Ontem foram constituídos três grupos de estudo, um do qual bastante reduzido, mas, como já havia passado dois meses desde a liberação da verba de incentivo, não puderam mais aguardar interessados.
- (B) O coordenador das áreas julgava irrelevante, nessa altura das discussões, os depoimentos recém-anexados ao processo disciplinar, vistos anteriormente como bastante úteis.
- (C) Entrevistou-se, rigorosa e meticulosamente, os últimos quinze profissionais que concorriam à vaga, cuidados que poderão, sem dúvida, acarretarem bom desempenho em diversas áreas.
- (D) As receitas dos médicos foram encaminhadas ao setor responsável, que as organizou em pastas e arquivou-as, passos que se deve ao protocolo da área específica de registros.
- (E) Para não merecerem repreensão dos pais, os rapazes pediram ao tio que não os repreendesse caso não lhe pudessem telefonar para avisá-lo do início do jogo.

14. A redação clara e correta, segundo a norma-padrão, é:

- (A) A não erradicação da tuberculose, além de ser decorrente da pobreza, seu motivo é também devido a pacientes no início do tratamento sentirem-se curados, abandonando o mesmo e possibilitando, dessa forma, o aparecimento de cepas resistentes às drogas.
- (B) O motivo da não erradicação da tuberculose, doença decorrente da pobreza, é porque pacientes no início do tratamento sentem-se curados, o que leva a abandoná-lo, possibilitando dessa forma, o aparecimento de cepas resistentes às drogas.
- (C) A não erradicação da tuberculose, além de decorrente da pobreza, é também devido a pacientes, no início do tratamento, sentirem-se curados, abandonando o mesmo e possibilitando, dessa forma, o aparecimento de cepas resistentes às drogas.
- (D) O motivo da não erradicação da tuberculose, doença decorrente da pobreza, é também devido pacientes iniciando tratamento sentirem-se curados; abandonam o mesmo e possibilitando, dessa forma, o aparecimento de cepas resistentes às drogas.
- (E) O motivo da não erradicação da tuberculose, doença decorrente da pobreza, é também o fato de pacientes, no início do tratamento, sentirem-se curados, o que os faz abandoná-lo, possibilitando, dessa forma, o aparecimento de cepas resistentes às drogas.

15. A frase que está pontuada como dispõe a gramática normativa é:

- (A) Foi o caráter destrutivo da guerra tanto física quanto moral, que finalmente levou os países em confronto a conhecerem as situações mais dramáticas e desumanas.
- (B) Podemos indagar o sentido que têm essas manifestações recentes: seriam, por acaso, a expressão de que o cidadão comum chegou a seu limite no que se refere a aceitar, inerte, a usurpação de seus direitos?
- (C) Nem pelas razões alegadas contudo, altera-se o mecanismo de apelo imediato à justiça quando os cidadãos não se entendem entre si, modo de agir que impede esforços de outros tipos de mediações.
- (D) Não é de se admirar que: muitos críticos contemporâneos entendam como mero exibicionismo, certas atitudes e práticas artísticas das primeiras décadas do século XX.
- (E) Estudar o ontem em função do hoje – e também do amanhã, é o propósito das reflexões, que ocorrem, semanalmente no centro de cultura instalado numa das regiões mais carentes da cidade.

**Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região**

**Atenção:** Responda às questões de números 16 a 20 de acordo com o Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

16. Nos termos da Organização do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, conforme disposição expressa, é cargo de direção do Tribunal o

- (A) Ouvidor.
- (B) 2º Vice-Presidente.
- (C) Desembargador.
- (D) Juiz do Trabalho.
- (E) Presidente de Turma.

17. É competente para uniformizar a jurisprudência do Tribunal e para fixar a data da abertura de concurso para provimento de Cargos de Juiz do Trabalho Substituto o

- (A) Tribunal Pleno e o Presidente do Tribunal, respectivamente.
- (B) Presidente do Tribunal e o Vice-Presidente do Tribunal, respectivamente.
- (C) Tribunal Pleno.
- (D) Presidente do Tribunal.
- (E) Vice-Presidente do Tribunal.

18. Sobre a atuação do Ministério Público do Trabalho é correto afirmar que

- (A) não serão remetidos a ele processos de *habeas corpus* ou *habeas data*.
- (B) seu parecer deve sempre ser por escrito.
- (C) os autos ficarão a sua disposição por setenta e duas horas antes das sessões.
- (D) será intimado pessoalmente da decisão nos processos em que for parte.
- (E) pode emitir parecer oral nas sessões de julgamento, que deve ocorrer após a sustentação oral e antes do voto do Relator.

19. Numa determinada sessão estão pautados os seguintes processos:

- I. Um caso em que um Magistrado tenha comparecido apenas para participar dos julgamentos a que estão vinculados.
- II. Um caso com inscrição para sustentação oral.
- III. Um caso cujos interessados estão presentes à sessão.

Desses casos, terão preferência para julgamento o que consta em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III., apenas.
- (E) I, II e III.

20. As decisões tomadas em Tribunais colegiados são formalizadas na forma de acórdão. Não haverá acórdão nas decisões proferidas em

- (A) embargos de declaração.
- (B) ação rescisória.
- (C) recurso ordinário.
- (D) agravo de petição.
- (E) arguição de inconstitucionalidade.



<b>CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS</b>	
<b>Noções de Direito Constitucional</b>	
<p>21. São fundamentos constitucionais expressos da República Federativa do Brasil:</p> <p>(A) soberania; cidadania; dignidade da pessoa humana; monopólio da economia estratégica; bicameralismo.</p> <p>(B) soberania; cidadania; dignidade da pessoa humana; valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; pluralismo político.</p> <p>(C) dignidade da pessoa humana; valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; centralismo político e democrático; defesa da família.</p> <p>(D) cidadania; livre iniciativa; pluricameralismo; defesa da propriedade privada; defesa da família.</p> <p>(E) dignidade da pessoa humana; valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; monopólio da economia estratégica; defesa social; defesa do meio ambiente.</p>	<p>24. As vedações constitucionais expressas impostas simultaneamente à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios alcançam</p> <p>(A) a existência de regime tributário fundado na cumulatividade; a observância de simetria entre os Poderes de cada um dos entes; intangibilidade da dignidade humana.</p> <p>(B) a proibição de desapropriação de bens imóveis entre si; a de legislar concorrentemente sobre qualquer tema; ao direito de secessão.</p> <p>(C) a de obrigatória simetria entre os entes; a de adoção de regime unicameral parlamentar; a de limitação de uso das forças armadas.</p> <p>(D) a proibição de órgão de controle externo da Administração; a não intervenção sobre o Poder Judiciário e o Ministério Público; autonomia orçamentária.</p> <p>(E) o conceito de Estado laico; a proibição de recusa de fé em documentos públicos e a proibição de distinções entre brasileiros ou preferências entre si.</p>
<p>22. O dispositivo da chamada “PEC da Bengala” (Emenda Constitucional nº 88/2015), que prevê que os servidores públicos em geral, com exceção dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores e Tribunal de Contas da União, serão aposentados “<i>compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, aos 70 (setenta) anos de idade, ou aos 75 (setenta e cinco) anos de idade, na forma de lei complementar</i>”, é classificado pela doutrina como norma constitucional de</p> <p>(A) eficácia contida.</p> <p>(B) eficácia plena.</p> <p>(C) eficácia limitada.</p> <p>(D) conteúdo programático.</p> <p>(E) integração restringível.</p>	<p>25. Os princípios constitucionais expressos da Administração pública relacionados no art. 37 da Constituição Federal dizem respeito a:</p> <p>(A) legalidade, irreversibilidade, moralidade, publicidade e executoriedade.</p> <p>(B) legitimidade, imperatividade, modicidade, pluralidade e efetividade.</p> <p>(C) autoaplicabilidade, imperatividade, moralidade, pluralidade e eficácia.</p> <p>(D) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.</p> <p>(E) legitimidade, legalidade, modicidade, pluralidade e executoriedade.</p>
<p>23. Em relação ao direito de propriedade, a Constituição Federal em seu art. 5º,</p> <p>(A) proscreeu o uso da propriedade particular pelo Poder Público de modo absoluto.</p> <p>(B) limita a função social da propriedade à pequena propriedade rural, impedindo sua desapropriação.</p> <p>(C) ao assegurar o direito de propriedade impede que o Poder Executivo Municipal desapropriar a propriedade privada que cumpre sua função social.</p> <p>(D) não aplica o conceito de propriedade a outra que não seja a propriedade de bens imóveis, os únicos que devem atender à sua função social.</p> <p>(E) assegura simultaneamente o direito à propriedade e que esta cumprirá sua função social.</p>	<p>26. A suspensão do exercício das funções de Presidente da República dar-se-á nas infrações penais comuns</p> <p>(A) se recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal; nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal.</p> <p>(B) apenas depois de julgamento pelo Supremo Tribunal Federal; nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal.</p> <p>(C) apenas depois de julgamento pelo Supremo Tribunal Federal; nos crimes de responsabilidade, apenas após o julgamento do processo pelo Senado Federal.</p> <p>(D) e nos crimes de responsabilidade depois de recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(E) e nos crimes de responsabilidade depois de recebida a denúncia ou queixa-crime pelo Senado Federal.</p>



27. NÃO serão objeto de delegação, para efeito de processo legislativo, dentre outros:
- (A) as leis relacionadas à nacionalidade, cidadania, direitos individuais, políticos e eleitorais; matéria relacionada a direito tributário, financeiro e atividades policiais.
  - (B) as leis de organização do Poder Judiciário e do Ministério Público, a carreira e a garantia de seus membros; matéria relacionada a direito ambiental e do consumidor.
  - (C) os atos de competência exclusiva do Congresso Nacional, os de competência privativa da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, a matéria reservada à lei complementar, nem a legislação sobre planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentos.
  - (D) a matéria reservada à lei complementar, as leis relacionadas à organização do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, da atividade policial e direito urbanístico.
  - (E) planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentos; carreiras de Estado e serviço público em geral.
- 
28. Sobre os órgãos que exercem as chamadas funções essenciais da Justiça é INCORRETO afirmar:
- (A) O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.
  - (B) A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Senado Federal, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta da Câmara dos Deputados.
  - (C) A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
  - (D) O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei.
  - (E) São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.
- 

#### Direito Administrativo

29. Moisés, agente público encarregado da guarda do patrimônio de museu público, não tomou as medidas necessárias para garantir a inviolabilidade do local, acarretando a invasão do museu e o furto de valiosa obra de arte. A conduta negligente de Moisés
- (A) não caracteriza ato de improbidade administrativa.
  - (B) caracteriza ato ímprobo, que pode ensejar, dentre outras sanções, a suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos.
  - (C) caracteriza ato ímprobo, que pode ensejar, dentre outras sanções, a suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos.
  - (D) caracteriza ato ímprobo, que pode ensejar, dentre outras sanções, a proibição de contratar com o Poder Público pelo prazo de dez anos.
  - (E) caracteriza ato ímprobo, que pode ensejar, dentre outras sanções, a proibição de contratar com o Poder Público pelo prazo de três anos.
- 
30. Cibele, servidora pública federal, recebeu vantagem econômica para intermediar a liberação de verba pública e, em razão de sua conduta, sofreu a pena de demissão do serviço público. A demissão narrada
- (A) não inviabiliza a ex-servidora a retornar de imediato ao serviço público federal, desde que seja regularmente aprovada em novo concurso público, seguindo todos os trâmites legais.
  - (B) incompatibiliza a ex-servidora para nova investidura em cargo público federal, pelo prazo de cinco anos.
  - (C) proíbe, definitivamente, o retorno de Cibele ao serviço público federal.
  - (D) incompatibiliza a ex-servidora para nova investidura em cargo público federal, pelo prazo de três anos.
  - (E) incompatibiliza a ex-servidora para nova investidura em cargo público federal, pelo prazo de dez anos.
- 

31. Concernente ao pregão, considere:
- I. É vedada a exigência de aquisição do edital pelos licitantes, como condição para participação no certame.
  - II. A fase externa do pregão será iniciada com a abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital.
  - III. O prazo de validade das propostas será de sessenta dias, não podendo o edital fixar outro lapso temporal, haja vista expressa proibição legal.

Nos termos da Lei nº 10.520/2002, que trata do Pregão, está correto o que consta APENAS em

- (A) I.
- (B) II e III.
- (C) II.
- (D) III.
- (E) I e II.





32. Considere duas situações hipotéticas: I. O Estado de Minas Gerais pretende comprar imóvel para o atendimento de suas finalidades precípuas, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, e desde que o preço do imóvel seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia; II. A União Federal necessita intervir no domínio econômico para regular preços. Nas hipóteses narradas, e nos termos do que consta na Lei nº 8.666/1993, a licitação é
- (A) dispensável na primeira hipótese e inexigível na segunda.
- (B) inexigível.
- (C) inexigível na primeira hipótese e dispensável na segunda.
- (D) dispensável.
- (E) obrigatória na modalidade pregão na primeira hipótese e inexigível na segunda.
33. A propósito das características da servidão administrativa, é INCORRETO afirmar que
- (A) pode gravar bens do domínio público.
- (B) é instituída em favor de um serviço público ou um bem afetado a fins de utilidade pública.
- (C) o titular do direito é o Poder Público ou seus delegados, isto é, pessoas jurídicas públicas ou privadas autorizadas por lei ou por contrato.
- (D) pode, excepcionalmente, ser objeto de alienação e penhora.
- (E) independe da concordância do particular proprietário do imóvel onde é instituída.
34. O Estado de Minas Gerais pretende contratar, através de parceria público-privada, empresa para o fornecimento e a instalação de equipamentos, sendo a contratação estimada em trinta milhões de reais, devendo perdurar por prazo superior a seis anos. Nesse caso, a parceria público-privada
- (A) é viável, não sendo necessário prévio procedimento licitatório.
- (B) não será possível em razão do valor da contratação.
- (C) é absolutamente viável, haja vista o preenchimento das condições legais.
- (D) não será possível em razão do lapso temporal do contrato.
- (E) não será possível em razão do objeto contratual.
35. Julia e Juliana são servidoras públicas federais, sendo Julia servidora do Poder Judiciário e Juliana do Poder Executivo. As servidoras possuem cargos de atribuições assemelhadas. Nesse caso,
- (A) não é assegurada a isonomia de vencimentos, pois, para tanto, deveriam exercer atribuições iguais e não meramente assemelhadas.
- (B) não é assegurada a isonomia de vencimentos, já que não pertencem ao mesmo Poder.
- (C) é assegurada a isonomia de vencimentos, exceto as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.
- (D) é assegurada a isonomia de vencimentos, exceto as vantagens de caráter individual, apenas.
- (E) é assegurada a isonomia de vencimentos, exceto as vantagens de caráter individual e as relativas ao local de trabalho, apenas.
36. A empresa Zunic, após o devido procedimento licitatório, celebrou contrato administrativo com a União Federal, para a construção de importante obra pública. Por ter descumprido o contrato administrativo, recebeu a sanção de multa, aplicada após regular processo administrativo e descontada de valores a serem recebidos da União Federal. Nesse caso,
- (A) a multa pode ser descontada dos pagamentos devidos, independentemente da garantia contratual.
- (B) o desconto só é possível se a garantia contratual for insuficiente para o pagamento da multa imposta.
- (C) a multa jamais pode ser descontada de valores contratuais devidos ao particular pela Administração pública.
- (D) é incabível a sanção de multa para a hipótese narrada.
- (E) é cabível a sanção de multa, mas somente pode ser cobrada judicialmente, consoante preceitua a Lei de Licitações.
- Noções de Administração Pública e Geral**
37. Considere que determinada entidade integrante da Administração pública estadual pretenda implementar modelo de gestão estratégica denominado *Balanced Scorecard*, conhecido como BSC. A aplicação do referido modelo
- (A) implica traduzir a estratégia da entidade em guias operacionais, criando o mapa estratégico.
- (B) somente será possível se a entidade em questão tiver finalidade lucrativa, eis que o BSC aplica apenas indicadores de natureza financeira.
- (C) constitui um mecanismo para formulação da estratégia da entidade e não para sua implementação ou avaliação do desempenho organizacional.
- (D) pressupõe o envolvimento de todos os agentes da entidade, denominados arquitetos do BSC e de um amplo processo de comunicação.
- (E) abandona a perspectiva dos processos internos, focando na perspectiva do cliente, que, no caso da Administração, é o cidadão.
38. O conceito de geração de valor, na perspectiva adotada pelo modelo de excelência em gestão da FNQ – Fundação Nacional da Qualidade,
- (A) é uma métrica adotada pela Fundação para identificar o grau de atingimento dos objetivos estabelecidos no planejamento estratégico da organização.
- (B) corresponde a um dos critérios de excelência adotados pela Fundação, que permite às organizações a identificação de seu estágio de qualidade.
- (C) precede o processo de certificação aplicado pela Fundação à organização e constitui pressuposto necessário para o mesmo.
- (D) consiste em um dos fundamentos do modelo e diz respeito ao aumento de valores tangíveis e intangíveis, de forma sustentada.
- (E) é a tradução objetiva, medida em pontos, atribuída a cada um dos critérios de excelência adotados pela Fundação.



39. Uma das etapas relevantes que pode ser apontada na evolução estrutural da Administração pública no Brasil foi a instituição da Comissão Amaral Peixoto, que identificou, entre as questões-chave a serem solucionadas, a centralização excessiva da Administração na Presidência da República e ausência de coordenação nas ações de governo. Referidos estudos serviram de inspiração
- (A) ao Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado – PDRAE, que implementou o modelo gerencial na Administração pública brasileira.
- (B) ao Programa Nacional de Desburocratização, que visava aumento na eficiência e simplificação de processos.
- (C) à edição do Decreto-Lei nº 200, de 1967, que reorganizou a Administração direta e expandiu as autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.
- (D) ao paradigma pós-burocrático instituído com a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP, que objetivava a racionalização do serviço público.
- (E) à consolidação do modelo de gestão por resultados instituído a partir do programa de governo denominado Gespública.
40. No que diz respeito ao tema de gerenciamento de projetos, pode-se apontar como referência as publicações do *Project Management Institute – PMI*, entre as quais se destaca o PMBOK. Um dos aspectos ou áreas de conhecimento indicados no PMBOK é o
- (A) *feedback*, que consiste em mecanismo de avaliação contínua e compartilhamento de opiniões dos diferentes agentes para se chegar à finalização do projeto.
- (B) caminho crítico, que corresponde à identificação dos principais obstáculos ou desafios ao desenvolvimento do projeto.
- (C) *benchmarking*, que corresponde a um conjunto de operações envolvidas na consecução do produto objeto do projeto, de acordo com padrões de referência.
- (D) fluxograma, que consiste na ferramenta utilizada para o mapeamento das etapas do projeto e identificação dos pontos de retenção.
- (E) gerenciamento de escopo, que consiste na descrição detalhada do projeto e do produto.
41. As atividades de uma organização comportam subdivisões em unidades, de acordo com os denominados critérios de departamentalização, que podem ser
- (A) por objetivos, de acordo com a teoria de descentralização de Fayol.
- (B) funcional, que toma por base a especialidade, agrupando em um mesmo órgão atividades afins.
- (C) em linha, onde todas as áreas se encontram em um mesmo nível hierárquico e não existe especialização.
- (D) por centro de custos, voltada à maximização dos resultados financeiros.
- (E) estratificados, ou seja, por camadas crescentes de poder decisório.
42. Um dos instrumentos comumente utilizados no âmbito do planejamento estratégico das instituições é a matriz SWOT, na qual
- (A) são definidas a visão e a missão da organização, que traduzem o consenso dos seus membros sobre o futuro que se deseja.
- (B) é avaliado, exclusivamente, o ambiente externo que envolve a instituição, traçando-se os cenários otimista, pessimista e intermediário.
- (C) são traçados os objetivos de curto, médio e longo prazo e definidas as ações necessárias.
- (D) são identificados os pontos fortes e fracos da instituição, bem como as ameaças e oportunidades.
- (E) são estabelecidos os objetivos da instituição e definidos os indicadores de resultado e as metas correspondentes.
43. Os processos podem ser definidos como um conjunto de meios articulados de forma organizada para atingir os resultados pretendidos e comportam diversas classificações, dentre as quais:
- I. Gerenciais, ligados às estratégias e utilizados na tomada de decisões e na coordenação dos demais processos.
- II. Secundários, que correspondem a processos internos e fornecem as condições necessárias para a execução dos processos principais.
- III. Macroprocessos, também denominados principais, que resultam na entrega de bens ou serviços ao cliente final.
- Está correto o que consta APENAS em
- (A) I e II.
- (B) I.
- (C) II.
- (D) II e III.
- (E) III.
44. No que diz respeito ao estudo do comportamento organizacional, apontam-se variáveis dependentes e independentes. As variáveis dependentes são os fatores-chave que se pretende explicar ou prever e que são afetadas por outros fatores. Os estudiosos do assunto, tradicionalmente, enfatizam como variáveis dependentes
- (A) oportunidades, estímulo à inovação, reconhecimento e recompensa.
- (B) liderança, processo decisório, gestão de conflitos e motivação.
- (C) variáveis no nível do indivíduo, no nível do grupo e no nível do sistema organizacional.
- (D) produtividade, absenteísmo, rotatividade e satisfação com o trabalho.
- (E) comprometimento, cooperação, produtividade e responsabilidade social.



**Noções de Administração Financeira e Orçamentária e Orçamento Público**

45. Um analista do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região – TRT-3ª Região, ao elaborar a peça orçamentária do órgão, teve cuidado com os seguintes aspectos:

I. Incluiu somente assuntos pertinentes à previsão da receita e à fixação da despesa.

II. Incluiu todas as receitas e despesas.

Esses aspectos são importantes porque atendem, respectivamente, aos princípios orçamentários da

- (A) exclusividade e universalidade.
- (B) não-afetação e universalidade.
- (C) exclusividade e unidade.
- (D) especificação e unidade.
- (E) especificação e equilíbrio.

46. Considere as informações:

I. Diretrizes da Administração pública para despesas relativas aos programas de duração continuada.

II. Critérios e forma de limitação de empenho.

III. Normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos do orçamento.

IV. Reserva de contingência.

V. Forma de utilização da reserva de contingência.

Sendo PPA – Plano Plurianual; LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias e LOA – Lei Orçamentária Anual, esses conteúdos devem constar, respectivamente, dos seguintes instrumentos de planejamento:

- (A) PPA – PPA – LDO – LDO e LOA.
- (B) PPA – LDO – LDO – LOA e LDO.
- (C) PPA – LDO – LDO – LOA e LOA.
- (D) LDO – LDO – LDO – LOA e LOA.
- (E) LDO – LOA – PPA – LDO e LDO.

47. Durante a execução do orçamento houve a necessidade de aquisição de 500 litros de água, além do que estava previsto originalmente. A solução para esse problema é a abertura de crédito adicional

(A) suplementar, que depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa.

(B) suplementar, que independe da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa.

(C) especial, que depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa.

(D) especial, que independe da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa.

(E) extraordinário, que depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa.

48. Durante o exercício houve a necessidade da realização de operação de crédito que não estava prevista originalmente no orçamento. Essa operação não teve a natureza de antecipação de receita. Essa receita deverá ser classificada como

- (A) bruta.
- (B) paraorçamentária.
- (C) extraorçamentária.
- (D) orçamentária.
- (E) a classificar.

49. Considere, abaixo, as definições relacionadas às fases da despesa pública:

I. Verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito.

II. Ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.

III. Inclusão da despesa na lei orçamentária.

IV. Despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga.

Essas definições devem ocorrer na seguinte ordem:

- (A) I, II, IV e III.
- (B) I, II, III e IV.
- (C) II, III, I e IV.
- (D) III, I, IV e II.
- (E) III, II, I e IV.

50. A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF disciplina a despesa com pessoal da Administração pública em todas as esferas de governo sob a forma de limites. No caso do Poder Judiciário Federal, que abrange o TRT-3ª Região, o limite de gastos com pessoal sobre a receita corrente líquida da União é, em %, igual a

- (A) 2,5.
- (B) 0,6.
- (C) 6.
- (D) 50.
- (E) 40,9.

51. Uma das espécies de dívida da Administração pública compreende os compromissos de exigibilidade superior a doze meses, contraídos para atender a desequilíbrio orçamentário ou financeiro de obras e serviços públicos. Nos termos da Lei nº 4.320/1964, essa espécie de dívida é denominada

- (A) flutuante.
- (B) fundada.
- (C) débitos de tesouraria.
- (D) serviços da dívida a pagar.
- (E) extraorçamentária.

52. O regime de suprimento de fundos

- (A) é aplicável a qualquer tipo de despesa.
- (B) pode ou não ser precedido de empenhamento.
- (C) pode ser feito por meio de dotação genérica.
- (D) é vedado o adiantamento de numerário a servidor responsável por um adiantamento.
- (E) é aplicável a despesas que não se subordinam ao processo normal de aplicação.

**Noções de Gestão de Pessoas**

53. A principal contribuição do Movimento das Relações Humanas aos estudos em Administração e, consequentemente, à Gestão de Pessoas foi
- (A) demonstrar que há tensões entre necessidades organizacionais e individuais, onde o conflito entre grupos é um processo social inevitável.
- (B) entender a organização como sendo um complexo de elementos em constante interação com o ambiente externo.
- (C) destacar a importância dos grupos informais que emergem dentro de uma organização a partir da frequência das interações e dos fatores que provocam tais interações.
- (D) perceber que os insumos recebidos pela organização também podem ser informativos, o que lhe permite conhecer o ambiente e o seu próprio funcionamento.
- (E) perceber que quanto mais o agrupamento de tarefas, em departamentos, obedecer ao critério da semelhança de objetivos, mais eficiente será a empresa.

54. Um dos objetivos que integram o planejamento estratégico do Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais é o de *implementar a política de gestão de pessoas com foco em meritocracia*.

Sobre Gestão por Competências, considere:

- I. Pode ser analisada sob o prisma da “competência técnica” e da “competência interpessoal”, onde somente a primeira assegura um desempenho adequado e de qualidade, uma vez que pode ser desenvolvida por meio de treinamentos específicos.
- II. Conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes interdependentes e necessárias à consecução de determinado propósito.
- III. Passou a compreender a relevância dos seus estudos às organizações a partir do entendimento das transformações de natureza produtiva e social que afetaram as economias em desenvolvimento durante a década de 1990, com a intensificação do fenômeno da Globalização.
- IV. Em se tratando de estratégia, refere-se à habilidade de uma organização em sustentar uma coordenação de recursos e capacidades de forma a alcançar suas metas.

Está correto o que consta APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) III e IV.
- (D) II e IV.
- (E) I e IV.

55. Para entender a Cultura da Gestão de Pessoas é necessário conhecer e compreender a Cultura da Organização em que está inserida essa gestão.

A tabela abaixo apresenta a tipologia de cultura corporativa e sua relação com as normas e procedimentos, segundo Charles B. Handy:

Coluna	Tipologia de Cultura	Coluna	Normas e Procedimentos
I	Poder	1	Múltiplos, padronizados e rígidos
II	Papéis	2	Funcionais e Flexíveis
III	Tarefa	3	Poucos, Valor do Costume
IV	Pessoa	4	Individualizados e de Equipes

Está correta a correlação entre as colunas o que consta APENAS em

- (A) I-2 - II-3 - III-1 - IV-4.
- (B) I-4 - II-1 - III-3 - IV-2.
- (C) I-1 - II-3 - III-4 - IV-2.
- (D) I-3 - II-4 - III-2 - IV-1.
- (E) I-3 - II-1 - III-2 - IV-4.

56. O gestor de pessoas sugeriu a utilização do Método de Escalas Gráficas para a Avaliação de Desempenho dos servidores da Secretaria de Material e Logística do Tribunal Regional do Trabalho – 3ª Região. Embora este método seja simples e difundido, ele possui algumas desvantagens.

São desvantagens deste método de Avaliação de Desempenho, EXCETO:

- (A) Gerar rotinização e extremismo nos resultados da avaliação.
- (B) Permitir poucas alternativas ao avaliador, e nem sempre se ajustar às características do avaliado.
- (C) Facilitar estereótipos e avaliações imediatistas.
- (D) Provocar distorções em função das tendências pessoais do avaliador.
- (E) Possuir elevado custo operacional, principalmente pela atuação de um especialista ou consultor em avaliação.

57. A Secretaria de Gestão Estratégica em parceria com a Secretaria de Pessoal, do TRT-3ª Região, estabeleceram indicadores de desempenho de pessoal para avaliar os servidores de todas as secretarias da repartição, com o objetivo de alcançar as metas de excelência estabelecidas no Planejamento Estratégico 2015-2020. Foram utilizados diversos tipos de indicadores, dentre eles os de *benchmarking*. São indicadores de *benchmarking*:

- (A) Absenteísmo e acidentes de trabalho.
- (B) Atração e retenção de pessoas.
- (C) *Turnover* e manutenção de pessoas.
- (D) Rentabilidade humana e produtividade.
- (E) Promoções por cargo e tempo de serviço.

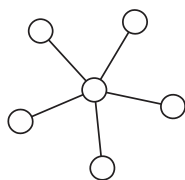


58. Dificilmente o processo de comunicação ocorre sem problemas. Entre a mensagem “tal como é enviada” e a mensagem “tal como é recebida”, existem barreiras que fazem com que a mensagem enviada e a recebida sejam diferentes entre si. O sistema cognitivo é considerado uma barreira à comunicação. São elementos cognitivos:
- (A) omissão e sobrecarga.
  - (B) consonância e dissonância.
  - (C) transmissor e receptor.
  - (D) codificador e decodificador.
  - (E) ruído e falsa percepção.

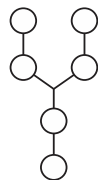
59. Antes de implantar o Sistema de Remuneração Flexível, o gerente de uma repartição analisou, junto à sua equipe da Secretaria de Pessoas, as vantagens e as desvantagens deste sistema. Considera-se uma DESVANTAGEM:
- (A) Comprometer o espírito empreendedor, uma vez que os salários variam dentro de um mesmo cargo.
  - (B) Funcionar, apenas, como fator higiênico, negligenciando outras necessidades do funcionário.
  - (C) Quebrar a isonomia dos ganhos dentro da organização.
  - (D) Não produzir impacto sobre custos fixos da organização.
  - (E) Não permitir uma autoavaliação, pois funciona como retroação.

60. As configurações estruturais dos grupos de trabalho diferem quanto à forma de trocar informações e as características dos membros da rede.

Considere as configurações de redes de comunicação abaixo.



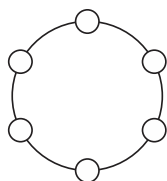
**I**



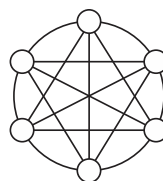
**II**



**III**



**IV**



**V**

Possui mais velocidade de intercâmbio de informações a que consta em

- (A) **I**.
- (B) **II**.
- (C) **III**.
- (D) **IV**.
- (E) **V**.

**ESTUDO DE CASO****Instruções Gerais:**

Conforme Edital publicado, Capítulo IX:

- “3.1. Na Prova de Estudo de Caso deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 12 (doze) linhas e o máximo de 20 (vinte) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à prova.
5. A Prova de Estudo de Caso terá caráter eliminatório e classificatório. Cada uma das questões será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que tiver obtido, no conjunto das duas questões, **média** igual ou superior a **60 (sessenta) pontos**.
7. Será atribuída nota ZERO à Prova de Estudo de Caso nos seguintes casos: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou às questões práticas propostas; b) apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento do texto escrito fora do local apropriado; c) for assinada fora do local apropriado; d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; e) for escrita a lápis, em parte ou na sua totalidade; f) estiver em branco; g) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível.”

**QUESTÃO 1**

Suponha que, iniciado o exercício orçamentário de 2015, o Estado tenha verificado significativa queda das receitas de impostos em relação ao montante estimado na Lei Orçamentária Anual – LOA. Diante de tal cenário, constatou-se que as despesas fixadas na LOA, tanto as de pessoal e custeio, como os investimentos, inclusive aqueles previstos no Plano Plurianual – PPA, não seriam passíveis de cobertura integral. Por outro lado, no final do exercício de 2014, foram empenhadas várias despesas sem a correspondente liquidação financeira, gerando o registro de valores expressivos de restos a pagar. Com base nas disposições constitucionais que regem a matéria, bem como na legislação federal aplicável, em especial a Lei nº 4.320/1964 e Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal):

- a. aponte e descreva, fundamentadamente, o mecanismo aplicável no bojo do processo de execução orçamentária e financeira para adequar as despesas previstas na LOA à frustração ou expectativa de frustração das receitas nela estimadas.
- b. supondo que, no decorrer do exercício, o Estado vislumbre a possibilidade de alienar ativos para aumentar suas receitas orçamentárias, poderá valer-se de tal solução para cobertura das despesas de investimento e custeio do mesmo exercício? Responda fundamentadamente.
- c. os montantes inscritos em restos a pagar em 2014 podem ser utilizados para cobertura de despesas previstas e/ou geradas no exercício de 2015? Responda fundamentadamente.

(Utilize as linhas abaixo para rascunho)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

**QUESTÃO 2**

Suponha que determinada organização esteja prestes a iniciar um ciclo de aperfeiçoamento e redirecionamento de sua atuação, o qual demandará grande envolvimento de seus funcionários e, possivelmente, o recrutamento e seleção de novos colaboradores. Com base nos conceitos correntes da doutrina especializada, discorra, fundamentadamente, sobre as metodologias e ferramentas que podem ser utilizadas pela organização para a consecução dos objetivos almejados, de acordo com as seguintes abordagens:

- a. Gestão por Competências.
- b. Planejamento Estratégico e Avaliação de Desempenho (descreva, ao menos, 2 (dois) métodos consagrados).
- c. Técnicas de Gestão e Resolução de Conflitos.

(Utilize as linhas abaixo para rascunho)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

NÃO ESCREVA NESTE ESPAÇO